



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Central Eólica São Raimundo S.A

31 de dezembro de 2023



ALIANÇA
A nova geração de energia

SUMÁRIO

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	04
Balancos patrimoniais	07
Demonstração do resultado	08
Demonstração do resultado abrangente	09
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e apresentação	12
3 Caixa e equivalentes de caixa	18
4 Aplicações financeiras	18
5 Contas a receber	19
6 Tributos a recuperar	19
7 Imobilizado	20
8 Tributos a recuperar sobre o lucro	21
9 Fornecedores	22
10 Financiamento	22
11 Provisão para compromissos futuros	24
12 Processos Judiciais	25
13 Patrimônio Líquido	25
14 Transações com partes relacionadas	27
15 Receita líquida	27
16 Custos e despesas operacionais	28
17 Receitas e despesas financeiras	28
18 Instrumentos financeiros	28
19 Cobertura de seguros	31
20 Compromissos	31
21 Informações complementares ao fluxo de caixa	32

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

A Central Eólica São Raimundo S.A. registrou geração bruta de energia de 96.984,03 MWh em 2023, alcançando a receita líquida de R\$20,8 milhões no período. As compras de energia totalizaram R\$816 mil, em decorrência das transações comerciais de curto prazo. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, foi de R\$13,4 milhões (margem EBITDA de 64,4%) e o lucro líquido registrou o valor de R\$2,4 milhões (margem líquida de 11,5%).

Belo Horizonte, 27 de março de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Diretores da
Central Eólica São Raimundo S.A. Icapuí**
– CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica São Raimundo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica São Raimundo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

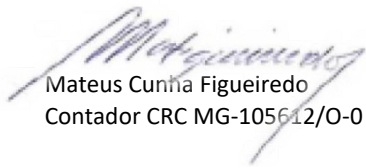
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	16.057	8.389
Aplicações financeiras	4	2.246	3.822
Contas a receber	5	2.289	2.170
Tributos a recuperar	6	2.375	1.725
Tributos a recuperar sobre o lucro	8	516	833
Outros ativos		1.679	691
Total do ativo circulante		25.162	17.630
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	4	3.965	3.527
Tributos a Recuperar	6	1.583	4.318
Imposto de renda e contribuição social diferido	8.1	915	606
Depósitos vinculados a litígios		11	11
Imobilizado	7	132.713	139.305
Intangível		864	1.130
Total do ativo não circulante		140.051	148.897
Total do ativo		165.213	166.527
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	1.804	1.203
Financiamentos	10	3.470	3.183
Arrendamentos		295	280
Provisão para compromissos futuros	11	65	107
Dividendos a pagar	14	2.934	4.216
Outros passivos		296	513
Total do passivo circulante		8.864	9.502
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	10	46.652	49.444
Arrendamentos		3.060	3.168
Provisão para compromissos futuros	11	2.219	2.027
Outros passivos		-	-
Total do passivo não circulante		51.931	54.639
Total dos passivos		60.795	64.141
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13	96.200	96.200
Reservas de lucros	13	8.218	6.186
Dividendos adicionais		-	-
Lucros acumulados		-	-
Total do patrimônio líquido		104.418	102.386
Total do passivo e do patrimônio líquido		165.213	166.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	15	20.787	18.978
Energia elétrica comprada para revenda		(816)	(693)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.196)	(1.113)
Depreciação e amortização - GER		(7.364)	(7.165)
Outros custos com geração de energia		(5.125)	(3.897)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	16.a	(14.501)	(12.868)
LUCRO BRUTO		6.286	6.110
Despesas gerais e administrativas		(268)	(478)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	16.b	(268)	(478)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		6.018	5.632
Receitas financeiras	17	2.247	4.449
Despesas financeiras	17	(5.409)	(5.372)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		2.856	4.709
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.2	(775)	(652)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	309	111
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.390	4.168
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	13	0,000025	0,000038
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	13	96.200.488	110.135.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	2.390	4.168
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	2.390	4.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

	Nota	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2021	13	123.401	431	2.368	2.576	-	128.776
Redução do capital social		(27.201)					(27.201)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.168	4.168
Reserva legal		-	208	-	-	(208)	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	838	-	(838)	-
Dividendos extraordinário		-	-	-	(2.576)	-	(2.576)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(781)	(781)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	2.341	(2.341)	-
Em 31 de dezembro de 2022	13	96.200	639	3.206	2.341	-	102.386
Redução do capital social		-					-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.390	2.390
Reserva legal		-	120	-	-	(120)	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	838	-	(838)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(358)	(358)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	1.074	(1.074)	-
Em 31 de dezembro de 2023	13	96.200	759	4.044	3.415	-	104.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		2.390	4.168
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	7	7.364	7.165
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	7	235	738
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		5.295	5.271
Imposto de renda e contribuição social	8	466	541
		15.750	17.883
Variação de ativos e passivos			
Contas a receber	5	(119)	1.136
Tributos a recuperar	6	2.085	683
Tributos a recuperar sobre o lucro	8	(154)	(574)
Outros ativos		(984)	1.078
Fornecedores	9	601	(636)
Outros passivos		(521)	(668)
		908	1.019
Caixa gerado pelas operações		16.658	18.902
Juros pagos	10	(4.282)	(4.463)
Pagamentos compromissos futuros	11	(136)	(89)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		12.240	14.350
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	7	(648)	(3.850)
Aplicações financeiras	4	1.138	(2.259)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		490	(6.109)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos de financiamentos	10	(3.117)	(2.745)
Pagamentos de arrendamentos		(305)	(248)
Redução do capital social	13	-	(27.201)
Pagamento de dividendos	13	(1.640)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(5.062)	(30.194)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		7.668	(21.953)
No início do exercício	3	8.389	30.342
No fim do exercício	3	16.057	8.389
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		7.668	(21.953)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Central Eólica São Raimundo S.A. (“Companhia “ou “EOL São Raimundo”), é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, implantação, operação, manutenção e exploração de parque eólico localizado no Município de Icapuí, Estado do Ceará. A Companhia é controlada pela Aliança Geração de Energia S.A.

A Companhia obteve junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), resolução autorizativa nº 5.874 de 07 de junho de 2016, que autoriza a exploração sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, da Central Geradora Eólica - EOL São Raimundo (EOL São Raimundo), localizada no município de Icapuí, no Estado do Ceará e possui capacidade instalada de 23,1 MW e garantia física de 11,2 MW médios.

A EOL São Raimundo possui, em conjunto com Central Eólica Garrote S.A. (“Garrote”), Central Eólica Santo Inácio III S.A. (“Santo Inácio III”), e Central Eólica Santo Inácio IV S.A. (“Santo Inácio IV”) o projeto do Parque Eólico de Santo Inácio. A implantação do parque ocorreu no município de Icapuí, estado do Ceará, tendo este uma capacidade instalada total de 98,7 MW e energia assegurada de 46 MW médios.

A ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL No 583 de 22 de outubro de 2013, resolveu, em novembro de 2017, liberar para início da operação comercial plena as unidades geradoras das Centrais Eólicas que compõe o Complexo Eólico Santo Inácio, sob despacho nº 4.039, sendo que partir da data de liberação a energia produzida pelas respectivas unidades geradoras foi disponibilizada no sistema. E, em 29 de setembro 2020, a EOL São Raimundo obteve a extensão da concessão, por meio da emissão da resolução autorizativa nº 9.244, de 30 anos para 35 anos, a contar da data de publicação da Resolução Autorizativa nº 5.874, com vencimento em maio de 2051.

Comercialização de energia

A Companhia possui contrato para venda da energia gerada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) com um único cliente. O atendimento desse contrato ocorre em conjunto com a energia gerada por todas as centrais eólicas do Parque Eólico de Santo Inácio.

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 27 de março de 2024, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e autorizaram a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável (“Impairment”) de ativos, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 | Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 | Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 5 e 15 - Fornecimento não faturado de energia elétrica** – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de faturamento;
- **Nota 7 - Depreciação** – taxa de depreciação: vida útil dos ativos;
- **Nota 11 - Provisões para compromissos futuros** - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

2.5 | Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente são como segue:

a. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, além de outros ativos.

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (i) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem fornecedores, financiamentos, arrendamentos e outros passivos.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros ativos. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, financiamentos, dividendos a pagar e arrendamentos. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos, fornecedores, financiamentos, arrendamentos, dividendos a pagar e outros passivos como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

b. IMOBILIZADO

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil estimada dos bens. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da autorização, não é reconhecido qualquer valor residual e tais taxas são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da autorização.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – Impairment

A Companhia avalia anualmente, os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso

corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

c. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Ativos financeiros

Em relação ao impairment de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 7 - imobilizado.

d. PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há contingências classificadas como risco de perda provável.

Provisões para compromissos futuros

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira, e as alterações nos fluxos futuros estimados com a consequente alteração na taxa de desconto são reconhecidos no ativo da Companhia.

De acordo com o OCPC 05 - Contratos de concessão, após a entrada em operação dos empreendimentos é exigido pela legislação ambiental brasileira que sejam obtidas as licenças de operação, que dependendo dos órgãos ambientais de

cada município e estado podem ter prazo entre dois e cinco anos ou ainda outro prazo, mas sempre limitado a 10 anos. Caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado deve ser registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos deve ser provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação em contrapartida passivo – compromissos futuros e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

e. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. A provisão para tributos sobre o lucro é calculada com base na sistemática fiscal do lucro real aplicando-se as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento do exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizadas nas diferenças temporárias ou prejuízos fiscais.

f. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre financiamentos, juros sobre arrendamentos e outras despesas financeiras.

g. RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

As receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente.

A Companhia auferir receitas provenientes principalmente pelo suprimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é suprida, mediante a multiplicação do consumo físico medido pela tarifa negociada/contratada.

h. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

i. INCENTIVOS FISCAIS

O incentivo fiscal do imposto de renda e, adicionais não restituíveis, são apurados e registrados no resultado do exercício como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. A parcela do lucro decorrente de incentivos fiscais é objeto de destinação à reserva de lucro, denominada reserva de incentivos fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos. A Companhia goza deste incentivo fiscal, o qual está discriminado na nota explicativa nº 8 - tributos a recuperar sobre o lucro.

2.6 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (a) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26 e CPC 23);
- (b) Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06);
- (c) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03 e CPC 40); e
- (d) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 | Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e contas bancárias	14	4
Recursos mantidos em aplicações financeiras	16.043	8.385
	16.057	8.389

As aplicações financeiras correspondem as operações contratadas em instituições financeiras, sendo que todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Compõe-se substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI que variam entre 98% e 105% em 2023 (entre 85% e 104,3% em 2022), conforme definido quando da contratação de cada operação.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 18 - instrumentos financeiros.

4 | Aplicações financeiras

Veja política contábil na nota explicativa nº 2.5 (a).

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de investimentos em cotas - FIC ²	2.246	3.822
Fundo de investimentos em cotas - FIC (Caixa restrito) ^{2 3}	3.965	3.527
	6.211	7.349
Ativo circulante	2.246	3.822
Ativo não circulante	3.965	3.527
	6.211	7.349

² Os fundos de investimentos são compostos por cotas pós-fixadas, vinculadas a aplicações em fundos de renda fixa, títulos públicos e outros. A rentabilidade média ponderada em cada carteira equivale a 97,83% do CDI em 31 de dezembro

de 2023 (98,67% do CDI em 31 de dezembro de 2022), conforme definido na contratação de cada operação. Parte do saldo das aplicações financeiras no fundo são mantidos como caixa restrito para atender compromissos operacionais vinculados as debêntures.

³ Para cumprir com as obrigações determinadas no contrato de financiamento com o BNDES, a Companhia mantém em conta reserva do serviço da dívida três vezes o valor do último pagamento mensal ao BNDES e a Companhia prestadora dos serviços de operação e manutenção (O&M) do parque eólico. Os valores são debitados mensalmente nessa conta e posteriormente o recomposto pela Companhia. A Companhia não tem intenção de utilizar os recursos financeiros para atender compromissos de curto de prazo.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 18 - instrumentos financeiros.

5 | Contas a receber

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a) e (g).

	31/12/2023	31/12/2022
Industrial ou equivalente	1.709	1.638
Suprimento a outras concessionárias	-	50
Câmara de comercialização de energia elétrica	580	482
	2.289	2.170

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, contas a receber da Companhia possui vencimentos inferiores a 60 dias e não há provisão para perda esperada. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 18 - instrumentos financeiros.

6 | Tributos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	729	1.095
COFINS	3.229	4.948
	3.958	6.043
Circulante	2.375	1.725
Não circulante	1.583	4.318
	3.958	6.043

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (e).

7 | Imobilizado

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (b), (c) e (d).

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a Companhia é como segue:

	Custos com desmobilização (a)	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Terrenos (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2021	2.100	5.824	157.665	48	3.914	3.242	172.793
Adições	-	-	-	-	3.850	328	4.178
Baixas	(1.192)	-	(468)	-	(304)	-	(1.964)
Transferência	-	-	2.206	-	(2.206)	-	-
Em 31/12/2022	908	5.824	159.403	48	5.254	3.570	175.007
Adições	300	-	-	-	445	-	745
Baixas	-	-	-	-	(33)	(62)	(95)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Em 31/12/2023	1.208	5.824	159.403	48	5.666	3.508	175.657
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2021	(285)	(835)	(26.944)	(12)	(299)	(292)	(28.667)
Adições	(82)	(198)	(6.554)	(3)	(116)	(112)	(7.065)
Baixas	30	-	-	-	-	-	30
Em 31/12/2022	(337)	(1.033)	(33.498)	(15)	(415)	(404)	(35.702)
Adições	(26)	(198)	(6.770)	(3)	(136)	(109)	(7.242)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31/12/2023	(363)	(1.231)	(40.268)	(18)	(551)	(513)	(42.944)
Valor líquido							
Em 31/12/2022	571	4.791	125.905	33	4.839	3.166	139.305
Em 31/12/2023	845	4.593	119.135	30	5.115	2.995	132.713
Taxa média de depreciação	2,46%	3,40%	4,25%	6,25%	2,49%	3,08%	4,13%

Em 31 de dezembro de 2023, após a Companhia realizar as análises necessárias acerca de indicadores de *impairment*, concluiu que não há indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos.

- (a) A Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 9,16% (9,47% em 31 de dezembro de 2022), baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023 é de R\$2.047 (R\$1.665 em 31 de dezembro de 2022).
- (b) A Companhia reconhece um ativo de “terreno” como imobilizado e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de “terreno” é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos depreciação acumulada. A taxa de depreciação aplicada neste ativo é calculada pelo prazo do contrato de arrendamento.

8 | Tributos a recuperar sobre o lucro

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (e).

A composição dos tributos a recuperar sobre o lucro é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda a recuperar	735	1.025
Contribuição social a recolher	(219)	(192)
	516	833

8.1 | Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos tributários		
Provisões para compromissos socioambientais futuros - ativo (a)	592	522
Provisões fornecedores	380	152
Arrendamento mercantil (CPC 06) - ativo (a)	175	138
	1.147	812
Obrigações diferidas		
Provisões para compromissos socioambientais futuros - passivo (a)	(190)	(159)
Arrendamento mercantil (CPC 06) - passivo (a)	(42)	(47)
	(232)	(206)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	495	
Efeitos alocados nas Demonstrações de Resultados	111	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	606	
Efeitos alocados nas Demonstrações de Resultados	309	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	915	

- (a) Impostos diferidos relativos a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): a Companhia aplicou as alterações que restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, por exemplo: provisões para compromissos futuros e arrendamento.

8.2 | Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para os exercícios de 2023 e 2022 é conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.856	4.709
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Efeito nominal esperado no resultado	(971)	(1.601)
Diferenças permanentes - efeitos fiscais incidentes sobre:		
Créditos tributários não constituídos	-	(28)
Dedução de prejuízo fiscal acumulado	-	237
Incentivo fiscal da Sudene	486	838
Outros	19	13
Despesa no resultado	(466)	(541)

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto corrente	(775)	(652)
Imposto diferido	309	111
	(466)	(541)
Alíquota efetiva	16%	11%

9 | Fornecedores

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de materiais e serviços - Faturados	442	554
Fornecedores de materiais e serviços - Provisão	1.362	649
	1.804	1.203

10 | Financiamento

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a) e (f).

A composição dos financiamentos é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	31/12/2023	31/12/2022
Finem BNDES	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	50.122	52.627
Classificadas como:					
Passivo circulante				3.470	3.183
Passivo não circulante				46.652	49.444
				50.122	52.627

a. FINEM BNDES

Em 08 de dezembro de 2017 a Aliança Geração de Energia, sua subsidiária Aliança Eólica Santo Inácio Participações (“Aliança Eólica”) e as subsidiárias Central Eólica Santo Inácio III, Central Eólica Santo Inácio IV, Central Eólica São Raimundo e Central Eólica Garrote (“SPEs”) assinaram, em conjunto, o Contrato de Financiamento (“Contrato de Financiamento”) e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças (“Contrato de Cessão”), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O financiamento era condição prevista no Plano de Negócios do Parque Eólico Santo Inácio, possui volume financeiro de R\$67.903, prazo de pagamento em 16 anos e remuneração definida pela taxa TJLP + 2,48% ao ano.

Foram dados em garantia: (i) penhor da totalidade das ações da Aliança Eólica, (ii) penhor da totalidade das ações das SPEs, (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes dos contratos de compra e venda de energia das SPEs, (iv) cessão fiduciária de quaisquer outros direitos e/ou receitas das SPEs, (v) cessão fiduciária dos créditos que venham a ser depositados nas contas centralizadoras das SPEs e da Aliança Eólica, (vi) cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização das SPEs dada pela Aneel, (vii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento, supervisão, montagem e comissionamento dos aerogeradores, (viii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de operação e manutenção do Parque Eólico Santo Inácio, (ix) penhor das máquinas e equipamentos das SPEs e, (x) prestação de fiança corporativa da Companhia, responsabilizando-se solidariamente pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas até a liquidação total do contrato de financiamento.

Dentre as obrigações assumidas, comuns a este tipo de contrato, destaca-se a manutenção por parte das SPEs do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em um nível igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), medido e

assegurado anualmente com base nos valores apurados nas demonstrações financeiras dos últimos doze meses. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, as SPEs incorrerão em aumento do número de parcelas retidas nas contas reserva do serviço da dívida, que passarão de três vezes para seis vezes o valor do último pagamento mensal ao BNDES.

Os compromissos estabelecidos no contrato de financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia em 31 de dezembro de 2023.

1º Aditivo ao Contrato de Financiamento e ao Contrato de Cessão

Em 31 de maio de 2019 foi assinado o 1º Aditivo ao Contrato de Financiamento e o 1º Aditivo ao Contrato de Cessão que, dentre outras medidas, autorizou: (i) a incorporação da Aliança Eólica pela Aliança Geração; (ii) a redistribuição de obrigações da Aliança Eólica; (iii) a redistribuição de garantias relacionadas à Aliança Eólica; e (iv) a postergação do prazo máximo da emissão de debêntures previstas nos contratos.

2º Aditivo ao Contrato de Financiamento, 2º Aditivo ao Contrato de Cessão, Contrato de Penhor de Ações (“Contrato de Penhor de Ações”) e Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos (“Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos”)

Em 28 de junho de 2019 foram assinados o 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento, o 2º Aditivo ao Contrato de Cessão, o Contrato de Penhor de Ações e o Contrato de Penhor de Equipamentos, junto ao BNDES e à Simplific Pavarini (com exceção do 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento), sendo atribuído, dentre outras questões, a desconstituição e a constituição de garantias com vistas a permitir a extensão desses direitos em favor dos debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures da Aliança, representados pelo Agente Fiduciário.

A movimentação dos financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	54.964
Encargos financeiros provisionados	4.871
Amortização do principal	(2.745)
Pagamento de juros	(4.463)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	52.627
Encargos financeiros provisionados	4.894
Amortização do principal	(3.117)
Pagamento de juros	(4.282)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	50.122

Referente a movimentação dos financiamentos no ano de 2023, apenas o montante de R\$4.894 (R\$4.871 em 31 de dezembro de 2022) não teve efeito de caixa.

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	31/12/2023	31/12/2022
TJLP	6,43%	7,20%

O vencimento dos financiamentos apresentado no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	
2024	3.684
2025	3.996
2026	4.335
2027	5.841
2028	5.841
2029 a 2034	22.955
	46.652

b. GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2023, não houve atualizações nas garantias relacionadas ao Finem BNDES.

11 | Provisão para compromissos futuros

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (d).

A movimentação da provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante	65	107
Passivo Não Circulante	2.219	2.027
	2.284	2.134
Saldo em 31 de dezembro de 2021		3.344
Adições / (Baixas)		(1.311)
Pagamentos		(89)
Atualização		190
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2.134
Adições / (Baixas)		158
Pagamentos		(136)
Atualização		128
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.284

Considerando que: (i) a Companhia obtém licenças ambientais e, conseqüentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; (ii) essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e (iii) se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante, não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível conforme estabelecido pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

Os custos de desmobilização de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente para mensuração do valor das provisões para compromissos futuros utilizando uma taxa média de desconto nominal de 9,16% (8,24% em 31 de dezembro de 2022) .

A taxa média de desconto para projeção do fluxo do desmantelamento em 31 de dezembro de 2023 é de 9,16% (9,47% em 31 de dezembro de 2022).

12 | Processos Judiciais

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (d).

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Ambientais	828	723
Cíveis	124	109
Regulatórias	29	26
	981	858

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possui passivos contingentes, onde sua expectativa de perda é considerada provável.

13 | Patrimônio Líquido

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (h) e (i).

(a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária de 22 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$27.201, cancelando 27.869.064 ações ordinárias, nominativas e restituindo assim a acionista Aliança Geração no dia 16 de dezembro de 2022.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$96.200 (R\$96.200 em 31 de dezembro de 2022), representado por 96.200.488 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Capital R\$	Ações	Capital R\$	Ações
Acionista				
Aliança Geração Energia S.A.	96.200	96.200.488	96.200	96.200.488

(b) Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social. Em 2023, o saldo dessa reserva é de R\$759 (R\$639 em 31 de dezembro de 2022).

Lucro líquido do exercício 2023	2.390
Reserva legal (5% lucro líquido do exercício)	120
Saldo reserva legal em 31 de dezembro de 2021	431
Constituição da reserva legal em 2022	208
Saldo reserva legal em 31 de dezembro de 2022	639
Constituição da reserva legal em 2023	120
Saldo reserva legal em 31 de dezembro de 2023	759

(c) Reserva de incentivos fiscais

A MP nº 2.199 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 13.799 de 03 de janeiro de 2019, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação. Nesse contexto, a Sudene, reconhece o direito da Companhia à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração na atividade de geração de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2023 foi constituído reserva no montante de R\$838 (R\$838 em 31 de dezembro de 2022).

(d) Reserva de retenção de lucros

De acordo com o art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros.

A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social ou seu instrumento legal e pela observância da legislação societária que trata do assunto e foi dado cumprimento ao estabelecido. Em 2023, não foi destinando saldo dessa reserva para título de dividendos (R\$2.576 em 2022).

(e) Dividendos

Ao acionista é assegurado o dividendo mínimo estatutário de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária brasileira após a constituição da reserva legal, quando aplicável. Os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios foram transferidos para a reserva de retenção de lucros.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	2.390	4.168
Constituição da reserva legal	(120)	(208)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(838)	(838)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(358)	(781)
Reserva de retenção de lucros	1.074	2.341

Durante o exercício de 2023 a Companhia realizou o pagamento de R\$1.640 a título de dividendos (R\$0 em 2022) do montante de dividendos liquidados em 2023: R\$859 em 31 de março de 2023 e o restante do valor pago R\$781 em 31 de julho de 2023.

(f) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido do exercício	2.390	4.168
Média ponderada das ações (ações em milhares)	96.200.488	110.135.020
Lucro básico por ação (em R\$)	0,000025	0,000038

14 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITAS		DESPESAS	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aliança Geração de Energia S.A (i)	-	-	3.006	4.216	-	-	862	648
Grupo Vale (ii)	1.709	1.688	-	-	25.700	25.330	-	-
Grupo Cemig (iii)	-	-	8	9	-	-	65	64
Central Eólica Santo Inácio III S.A (iv)	55	-	-	-	-	-	(1.015)	-
Central Eólica Santo Inácio IV S.A (iv)	43	-	-	-	-	-	(802)	-
Central Eólica Garrote S.A (iv)	43	-	-	-	-	-	(802)	-
Central Eólica Gravier S.A (iv)	92	-	-	-	-	-	(235)	-
	1.942	1.688	3.014	4.225	25.700	25.330	(1.927)	712

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) prestação de serviços com backoffice e dividendos a pagar; (ii) venda de energia, onde as condições foram estabelecidas com base em contratos firmado entre as partes; (iii) custos com TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão); e (iv) reembolsos de custos com O&M.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Para mais detalhes sobre a política das transações com partes relacionadas veja nota nº 19 dos instrumentos financeiros.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

A remuneração do pessoal-chave da Administração é determinada e diretamente paga através da sua controladora Aliança Geração de Energia S.A. e rateada conforme contrato de prestação de serviços entre as Companhias.

15 | Receita líquida

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (g).

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica	25.700	23.269
Transações com energia na CCEE	926	581
Suprimento a outras concessionários	-	2.061
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (a)	(5.839)	(6.933)
	20.787	18.978

a. IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	31/12/2023	31/12/2022
Tributos sobre a receita		
PIS	(380)	(346)
COFINS	(1.748)	(1.596)
ICMS - substituição tributária	(3.623)	(4.912)
	(5.751)	(6.854)
Encargos do consumidor		
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(88)	(79)
	(88)	(79)
	(5.839)	(6.933)

16 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Energia elétrica comprada para revenda	(816)	(693)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.196)	(1.113)
Depreciação e amortização	(7.364)	(7.165)
Operação e amortização	(2.862)	(2.273)
Serviços de terceiros	(1.095)	(693)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(1.168)	(930)
	(14.501)	(12.868)

b. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(248)	(372)
Outros	(20)	(106)
	(268)	(478)

17 | Receitas e despesas financeiras

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (f).

A composição do resultado financeiro é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.182	4.344
Outras receitas financeiras	65	105
	2.247	4.449
Despesas financeiras		
Encargos - financiamentos	(4.894)	(4.971)
Variações monetárias - provisões para compromissos futuros	(128)	(190)
Outras despesas financeiras	(387)	(211)
	(5.409)	(5.372)
	(3.162)	(923)

18 | Instrumentos financeiros

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, financiamentos e contas a receber e a pagar com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Categoria dos instrumentos financeiros

	31/12/2023		31/12/2022	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Equivalentes de caixa	16.043	16.043	8.385	8.385
Aplicações financeiras	6.211	6.211	7.349	7.349
Contas a receber	2.289	2.289	2.170	2.170
Outros ativos	1.679	1.679	691	691
	26.222	26.222	18.595	18.595
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.804	1.804	1.203	1.203
Financiamentos	50.122	42.282	52.627	56.428
Dividendos a pagar	2.934	2.934	4.216	4.216
Outros passivos	296	296	513	513
	55.156	47.316	58.559	62.360

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 31 de dezembro de 2023. Esta exposição ocorre em função do passivo de financiamentos (nota explicativa nº 10 - financiamento) indexado à variação do TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 31 de dezembro de 2023.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao TJLP.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2023, a TJLP acumulada para os financiamentos será de 6,55%, e para as aplicações financeiras o CDI será de 9,83%. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para:

Descritivo	31/12/2023	Cenário Base CDI 9,83%	Cenário I CDI 12,29%	Cenário II CDI 14,75%
	Valor Contábil			
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	22.254	24.442	24.989	25.536
Ativo exposto	22.254	24.442	24.989	25.536
Efeito no resultado				
		2.188	2.735	3.282

Descritivo	31/12/2023	Cenário Base TJLP 6,55%	Cenário I TJLP 8,19%	Cenário II TJLP 9,83%
	Valor Contábil			
Passivo				
Financiamentos (nota nº 10)	(50.122)	(53.405)	(54.227)	(55.049)
Passivo exposto	(50.122)	(53.405)	(54.227)	(55.049)
Efeito no resultado				
		(3.283)	(4.105)	(4.927)
Efeito líquido da variação do CDI e da TJLP no Resultado				
		(1.095)	(1.370)	(1.645)

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A acionista da Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A acionista da Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores e financiamentos, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:					
- Pós-Fixadas					
Fornecedores	1.804	-	-	-	1.804
Financiamentos	868	2.603	25.680	20.971	50.122
Arrendamento	76	220	966	2.093	3.355
	2.748	2.823	26.646	23.064	55.281

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com seu acionista (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionista entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, - buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seu acionista no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	16.057	8.389
Aplicações financeiras	6.211	7.349
Contas a receber	2.289	2.170
Total da exposição	24.557	17.908

Riscos de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são consideráveis bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

19 | Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos operacionais no montante de R\$136.127 e de responsabilidade civil no montante de R\$7.020, os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

20 | Compromissos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes compromissos assumidos:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$8.137 (R\$9.346 em 31 de dezembro de 2022).

Contrato de uso do sistema de transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2023, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$2.566 (R\$2.661 em 31 de dezembro de 2022).

Contrato de arrendamento

A Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão sendo implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida por aerogerador implantado no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é R\$8.456 (R\$8.289 em 31 de dezembro de 2022).

21 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Adição/Baixa em provisão para compromissos futuros - desmobilização	297	(1.191)
Adição/Baixa em provisão para compromissos futuros – licença de operação	(139)	(120)
Arrendamentos	-	328
	158	(983)

DIRETORIA

Sandro Magno de Figueiredo e Horta
Diretor Técnico

Marcos Liberato do Nascimento
Diretor Administrativo

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG - 105611/O-3

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0301695

Passo 3 - Digite a senha: hotU5F25